

Remédio inevitável, mas amargo

Já fazia algum tempo que a infeliz expressão “pacote econômico” estava em desuso. Seu retorno ao linguajar da imprensa e às lembranças da população, ao longo do último fim de semana, foi apenas mais um fato a deplorar nesta emergência que sem dúvida desloca um pouco a economia do caminho seguro que vinha seguindo, mas com a qual temos de nos resignar, pois, como ponderava ainda ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, a conjuntura poderia ficar bem pior se nada fosse feito, ou seja, se não houvesse o “pacote”.

Creemos que isso resume a maior parte das opiniões colhidas ontem sobre as repercussões das medidas: era o que tinha de ser feito, embora fosse melhor que não tivesse que ser feito. Com esse espírito de resignação a um mal menor, pode-se dizer que o conjunto de medidas foi bem recebido. E esse consenso generalizado de que o governo não tinha outra opção e agiu da melhor forma possível dentro das circunstâncias certamente contribuirá para que os dois objetivos principais sejam alcançados com mais facilidade, a saber, a redução dos déficits do setor público e a melhoria das contas externas.

Sim, porque em última análise o que se pretende é reduzir as despesas e aumentar as receitas do setor público no plano interno. Como isso resultará sem dúvida em redução das importações e, possivelmente, em alavancagem das exportações, os ajustes tanto das finanças internas quanto das contas externas poderão avançar em conjunto.

Alguns críticos, como o ex-ministro Delfim Netto, consideram que, se o governo tivesse acelerado antes as desvalorizações, o que foi feito agora não seria necessário. Isso, no entanto, é apenas uma hipótese. E, ao optar pela defesa da moeda, o governo não só preserva o prestígio do Plano Real, mas, acima de tudo, preserva o poder aquisitivo dos salários. Uma desvalorização significativa da moeda não apenas produziria um choque cultural adverso e ameaçador sobre a confiança do público, como re-

Aceitas as medidas, a cobrança será pelo ajuste fiscal e pelas reformas

sultaria em desvalorização quase que imediata dos salários em relação aos preços.

Da maneira como as coisas foram feitas, a estabilidade da moeda está mais garantida, como prevê o presidente da Fipe, Juarez Rizzieri. Certamente haverá impacto negativo na atividade econômica, mas em prazo mais diluído. Não é possível avaliar, no momento, a intensidade dessa retração, mas se as exportações ganharem impulso ela poderá ser menor do que se prevê e o nível global de emprego será menos prejudicado.

O fato é que no exterior, do diretor do FMI, Michel Camdessus, ao presidente da Argentina, Carlos Menem, as reações foram positivas, e isso ajudará na preservação de um fluxo regular de recursos externos, na continuidade do programa de privatiza-

ções e, sobretudo, na aliança que mantemos com nossos parceiros do Mercosul.

Como quase sempre ocorre nessas ocasiões, a muitos pareceu que o sacrifício imposto à população em geral (particularmente com a anterior alta dos juros) e às empresas privadas é maior que aquele que o governo impõe a si próprio. O anunciado corte de quase R\$ 20 bilhões nas despesas é pelo menos discutível, enquanto o aumento de mais de R\$ 6 bilhões previsto para as receitas é quase certo. Outra crítica surgida, que precisamos mencionar, é que afinal várias das medidas saneadoras do setor público inseridas no “pacote” poderiam ter sido tomadas há tempos.

Justamente por isso, o governo agora assume, indiretamente, dois compromissos pelo menos: o primeiro, de realmente partir com decisão e empenho para a melhoria das contas públicas com os instrumentos que o “pacote” prevê; o segundo, de utilizar todo o seu poder político junto ao Congresso para dinamizar a tramitação das reformas constitucionais, uma vez que somente sua aprovação final dará aos públicos interno e externo a sinalização definitiva de que o País estará preparado e instrumentalizado para a retomada do desenvolvimento sustentado, sem sobressaltos e sem as ameaças das turbulências externas, que só nos atingiram porque todos sabem que a estabilidade monetária alcançada a duras penas ainda não está alicerçada em sólido equilíbrio fiscal.